



O CURRÍCULO NA ESCOLA INCLUSIVA: UMA PERSPECTIVA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL.

Autor (1): REGO, Janielle Kaline.

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

janielekaline@hotmail.com

Co-autor (2): BARRETO, Raisia Queiroga.

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

rsqueiroga92@gmail.com

Orientador (4): BENÍCIO, Debora Regina Fernandes de.

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

debora_rfb@yahoo.com.br

RESUMO: O processo inclusivo apresenta uma série de questões merecedoras de atenção e exercício reflexivo, questiona-se em que medida o currículo está sendo preparado na escola, se o mesmo está contribuindo para o processo de inclusão. O presente trabalho utilizou a metodologia do tipo bibliográfica/documental. Consideramos a importância de avaliar, em que medida as regulamentações legais /oficiais que regem a organização curricular, se efetivam no cotidiano da escola, bem como, a necessidade de conceber o currículo como um dos elementos centrais para a escola que se propõem inclusiva, os objetivos desse trabalho foram: a) Promover a discussão e análise referente a compreensão do currículo na escola inclusiva em uma perspectiva na educação especial; b) Focalizar a necessidade de desenvolver um currículo na escola inclusiva que atenda os alunos com necessidades especiais. Foram estudados livros sobre Currículo, Educação Especial, Políticas Públicas para Educação Inclusiva e documentos como LDB, PCNs, Resolução CNE/CEB 2/2001e a Declaração de Salamanca, para a fundamentação teórica foram estudados autores como: Carvalho (2004), Glat (2004), Moreira (2001), Sacristán (2000), Silva (1999; 2010). Assim sendo, das leituras teóricas buscou-se fazer uma análise reflexiva dos resultados obtidos pelas autoras do presente artigo, dessa forma as discussões partiram de discussões acadêmicas, buscando proporcionar uma aprendizagem mais significativa, flexível e o ensino dinâmico, que valorize a particularidade de cada discente, visando favorecer a aquisição do saber educacional inclusivo. Contudo, percebemos que, para superar a lógica de adaptações, pressupõe uma proposta curricular construída na perspectiva de viabilizar a articulação dos conhecimentos do ensino especial e do ensino comum, ambos devem promover a ampliação dos conhecimentos, das experiências de vida e a valorização dos percursos de aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: Currículo, Inclusão, Escola.

SUMMARY: The inclusive process presents a number of issues worthy of attention and reflective exercise, it questions the extent to which the curriculum is being prepared in school, whether it is contributing to the process of inclusion. This study used the methodology of bibliographic / documentary type. Consider the importance of assessing to what extent the legal / statutory regulations governing the curricular organization, become effective in the school routine, as well as the need to design the curriculum as a core element to school they propose inclusive, the aims of this study were: a) to promote discussion and analysis for the understanding of the curriculum in inclusive school in a perspective in special education, b) To focus the



need to develop a curriculum in inclusive school that meets students with special needs. books were studied on Curriculum, Special Education, Public Policies for Inclusive Education and documents as LDB, PCNs, CNE / CEB 2/2001 and the Declaration of Salamanca, for the theoretical foundation authors were studied as Carvalho (2004), Glat (2004), Moreira (2001), Sacristan (2000), Smith (1999; 2010). Thus, the theoretical readings sought to make a reflective analysis of the results obtained by the authors of this article, therefore discussions started from academic discussions, seeking to provide a more meaningful, flexible and dynamic teaching and learning that values the individuality of each students, aiming to encourage the acquisition of inclusive education know. However, we realized that to overcome the logic of adjustments presupposes a curricular proposal developed with a view to facilitate the articulation of knowledge of special education and regular education, both should promote the expansion of knowledge, life experiences and exploitation of routes of learning.

KEY - WORDS: Curriculum, Inclusion, School.

INTRODUÇÃO

No Brasil, é possível observar que, as pesquisas direcionadas ao “Currículo na escola especial inclusiva” são poucas. Isso demonstra que o pouco material disponível direciona-se mais para a inclusão no todo, desta forma, oferecendo poucos subsídios para o aprofundamento da organização de um currículo que dê mais atenção para uma escola inclusiva. Por isso, faz-se necessário refletir sobre as nuances existentes por trás do discurso da educação inclusiva, pois, promover a inclusão implica em valorizar a diferença e a singularidade existente em cada sujeito, ou seja, valorizar a alteridade que cada sujeito apresenta.

No contexto da inclusão escolar da pessoa com deficiência, é importante pensar no Currículo e a sua influência nesse processo. Uma análise referente ao mesmo na atualidade provoca ações para, se debruçar sobre ele a partir de uma nova perspectiva: a pós-estruturalista. Ou seja, assim como a identidade do sujeito contemporâneo, o currículo, também, é o produto de significações sociais e culturais que forjam também identificações. E estas, por sua vez, são tecidas a partir da ideia da existência do outro, de forma simples, daquele que é “diferente”.

Nesse sentido, o trabalho desenvolvido tem por objetivos, promover a valorização e discussão sobre o Currículo na escola inclusiva na perspectiva da educação especial, e dessa forma salientar a importância da construção curricular em uma prática de educação inclusiva significativa para discentes e docentes.

Este artigo se propõe a realizar algumas análises no que se refere ao Currículo na escola inclusiva em uma perspectiva da educação especial para a inclusão, que se desenha hoje na

esperança da adaptação curricular. Para tanto, serão realizadas uma pesquisa bibliográfica e uma documental.

Por isso, utilizamos como aporte teórico livros sobre Currículo, Educação Especial, Políticas Públicas para Educação Inclusiva e documentos como LDB, PCNs, Resolução CNE/CEB 2/2001e a Declaração de Salamanca, para a fundamentação teórica foram estudados autores como: Carvalho (2004), Glat (2004), Moreira (2001), Sacristán (2000), Silva (1999), e Silva (2010).

Por tanto, este artigo está organizado em sessões que objetivam discutir o conceito de Currículo, para que assim, possamos adentrar na discussão curricular, na inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, em classes comuns das escolas regulares de ensino e, assim travarmos um diálogo sobre os avanços e riscos dessa orientação curricular.

METODOLOGIA

Para realização deste artigo será empregado um estudo baseado em uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico e documental. Utilizamos também a observação. Foram pesquisados autores que procuram explicar o contexto do currículo na educação inclusiva voltada para o ensino aos alunos sujeitos da educação especial defrontando-se com os desafios que a realidade impõe à escola contemporânea.

No que concerne ao estudo bibliográfico, foram realizadas leituras das publicações destinadas a currículo e a respeito da escola inclusiva que trabalham com as necessidades especiais em campos pedagógicos com consultas a fontes bibliográficas nacionais e internacionais, que trazem a discussão sobre questões que se referem à flexibilidade do currículo na compreensão da educação especial.

A análise documental consistiu no estudo da Lei de Diretrizes e Base da Educação - LDB (lei nº 9394/1996). Procuramos evidenciar o seu papel de indicador de opções políticas, sociais e culturais na educação brasileira agindo com o objetivo da prerrogativa da dimensão do educar. Trabalhamos também com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1998). Estes são abertos e flexíveis, nos apontando questões de tratamento de ensino por área e por ciclo com objetivos éticos que se definem em termos de capacidades de ordem cognitiva.

No que diz respeito à observação, esta se constitui como um dos meios mais utilizados pelo os seres humanos para conhecer e compreender situações cotidianas e acadêmicas:



É de máxima importância definir com exatidão a área de conhecimento humano [...] a que pertence o nosso tema e determinar os fundamentos teóricos que lhe servem de base [...] O conhecimento e aprofundamento desta, bem como a resolução de dúvidas que sobre a mesma eventualmente possa aparecer, obtém-se pelo estudo e consulta de livros, obras, etc. (RUBIO, 1986, p.48-49).

Partindo deste pressuposto utilizamos como recurso metodológico também duas modalidades de observação, a assistemática e a documental, em a primeira que se constitui sem um planejamento estruturado e se consolida como uma observação ocasional seguido pela observação de documentos, neste sentido Rudio (1986) ressalta que “sob o ponto de vista da pesquisa, muito importante é o registro que se faz da observação”. Em conformidade com este método de observação nos adequamos também à observação documental em que se busca fazer uma análise sobre o que de fato acontece na realidade que tais documentos estudados objetivam.

1. COMPREENSÃO DE CURRÍCULO

Ainda há espaços que compreendem o Currículo como mero guia de conteúdos a serem administrados aos estudantes. Tem-se hoje a consciência de que a real concepção do mesmo está muito além dessa perspectiva. Isto é, compreendemos o, como um caminho a percorrer muito além do caminho meramente de conteúdos a serem compridos.

Ele pode ser compreendido como um contexto de produção de significações, aonde habitam as diversas identidades que são forjadas em meio a um campo de luta e conflitos, pelo domínio do saber e do poder. Sobre isso, atesta Lunardi (2008), citando Silva (1999):

[...] o currículo pode ser entendido como território de produção, circulação e consolidação de significados. Nesse sentido, ele é também um espaço privilegiado de política de identidade. A cultura, nesse contexto, é um campo de lutas em torno da significação social. É ‘onde se define não apenas a forma que o mundo deve ter, mas também a forma como as pessoas e os grupos devem ser’. (LUNARDI, 2008 apud SILVA, 1999, p. 44-5).

As teorias do Currículo, entretanto, na busca de compreender o sentido e o significado fazem o seu cruzamento com aspectos que superam os limites de sua configuração prescritiva, especialmente as teorias críticas e pós-críticas. Para Sacristán (2000):

A prática a que se refere o currículo [...] é uma realidade prévia muito bem estabelecida através de comportamentos didáticos, políticos, administrativos, econômicos, etc., através dos quais se encobrem muitos pressupostos, teorias parciais, esquemas de racionalidade,



crenças, valores, etc., que condicionam a teorização sobre o currículo. (SACRISTÁN, 2000, p.13).

As concepções atuais acerca do Currículo são oriundas da perspectiva pós-estruturalista, que concebe a ideia do sujeito como um ser centrado em sua subjetividade e individualidade. Observamos que, ao se tratar deste e do pós-estruturalismo, estes são, interpretados como prática cultural e como produtos de significações, em que a cultura se configura como um campo de lutas em torno das significações. Em outras palavras, a cultura não é entendida nesta perspectiva como algo concluído, mas sim, como algo que se manipula em meio a conflitos.

2.CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA – ESPECIAL NA PERSPECTIVA CONTEMPORÂNEA

A escola é concebida como instituição, capaz e capacitada, para disseminar o conhecimento, assim sendo, todos os alunos que a frequentam necessitam desenvolver de forma adequada suas potencialidades, independentemente de possuírem ou não uma necessidade mais específica na aprendizagem.

Porém, quando há estudantes que não estão tendo evolução em seu processo de ensino e aprendizagem (no caso aqueles com necessidades educacionais especiais), o Currículo embutido no Projeto Pedagógico construído na escola, pode vir a torna-se um mecanismo de exclusão, um estigma da diferença.

Quanto aos discursos em torno do processo da inclusão da pessoa com deficiência, Silva (2010, p.2) destaca que “[...] parece refletir o modo pelo qual são representadas e expressadas, historicamente, as principais inquietações das práticas de escolarização desses indivíduos, particularmente, àquelas relacionadas à escola e ao Currículo”.

Por isso, entendemos que, é de suma importância realizar uma reflexão construtiva sobre a pessoa com deficiência, nesse contexto educacional inclusivo, aonde cada sujeito apresenta uma característica peculiar em que o discurso inclusivo, por tendência, massifica. Desta forma, quando se defende a inclusão sem a valorização de fato da alteridade e das especificidades que a constitui, está se compreendendo o grupo das pessoas com deficiência de forma hegemônica, colocando estes sujeitos, como seres que apresentam características e necessidades únicas e comuns. É nessa conjuntura que o Currículo se configura como locus de importância no que diz respeito à discussão quanto à questão da diferença e da diversidade.

A inclusão vem tomando espaço cada vez maior nas políticas públicas, na sociedade e nas escolas, princípios educacionais formulados a partir dos ideais de Educação para Todos ganharam mais consistência com as diversas diretrizes, elaboradas para os diferentes níveis de ensino (Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, 1996; Diretrizes Curriculares para a Educação Especial na Educação Básica, 2001; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores, 2002).

Esses documentos configuram-se como um conjunto de definições doutrinárias sobre princípios, fundamentos e procedimentos, com o objetivo de orientar as escolas em suas organizações, articulações, desenvolvimento e avaliação de suas propostas pedagógicas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (CNE/CB, Nº 2, 11 de fevereiro de 2001) expressam determinações e orientações voltadas ao processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, no que tange aos aspectos pedagógicos e formação de professores. No Parecer 17/2001, referente à Resolução 2/2001.

A inclusão é definida como a garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa que deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida (BRASIL/CNE, 2001).

Nesse contexto entendemos que a educação voltada às pessoas com necessidades educacionais especiais está fundamentada nos princípios da preservação da dignidade humana, na busca da identidade e no exercício da cidadania.

Práticas durante muito tempo negligenciadas no trato às pessoas que apresentassem qualquer tipo de deficiência fosse ela física sensorial ou cognitiva. De acordo com o Parecer, os princípios que orientam a elaboração das diretrizes têm por finalidade acabar com qualquer tipo de discriminação e garantir o desenvolvimento da cidadania.

Embasadas na LDB 9394/96 e na Declaração de Salamanca (1994), podemos dizer que o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas. Sendo assim, as escolas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus estudantes, acomodando os estilos e ritmos de aprendizagem, por fim, assegurando uma educação de qualidade a todos, por meio de um Currículo apropriado, arranjo organizacional, estratégias de ensino, uso de recursos e parceria com a comunidade.

De acordo com os Parâmetros Curriculares para a educação inclusiva (1998), o Currículo é construído a partir do projeto pedagógico da escola e deve viabilizar a operacionalização do mesmo, orientando as atividades educativas, as formas de executá-las e definindo as suas finalidades. O mesmo documento usa as palavras “Adequações Curriculares” para referir-se ao mesmo como sendo um elemento dinâmico da educação para todos e que a sua viabilização para os alunos com necessidades educacionais especiais, pode ser realizando através da flexibilização, na prática educacional, com o objetivo de atender todos os alunos.

Pensar em adequação curricular significa considerar o cotidiano das escolas, levando-se em conta as necessidades e capacidades dos seus alunos e os valores que orientam a prática pedagógica. Para os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais essas questões têm um significado particularmente importante (PCNs, 1998, p. 32).

As Políticas Públicas colocam para os sistemas de ensino, a responsabilidade de garantir que nenhum aluno seja discriminado, de reestruturar as escolas de ensino regular, de elaborar projeto pedagógico inclusivo, de programar propostas e atividades diversificadas, de planejar recursos para promoção da acessibilidade nos ambientes e de atender às necessidades educacionais especiais, de forma que todos os alunos tenham acesso pleno ao Currículo.

Considerando que os aspectos acima mencionados são determinantes para o sucesso da Política Educacional Inclusiva e que os resultados do censo escolar em nosso país, indicam o crescimento de alunos incluídos no ensino regular.

Porém o que se vê é despreparo na prática para lidar com toda a situação que permeia a inclusão. Além do mais, não bastam somente Leis, Decretos, Portarias, Resoluções em âmbito federal, estadual e municipal que digam o que fazer, necessita-se urgentemente articular a legislação com a prática executada no dia a dia nas escolas.

Tendo em vista que, as dificuldades que emergem do cotidiano escolar, nos mostraram que o tema inclusão escolar ainda permanece como um problema a ser resolvido pelas escolas e pela sociedade. Ter acesso à instituição escolar, em si, não garante que os alunos estão tendo o suporte necessário para o desenvolvimento do seu processo de ensino e aprendizagem.

É corriqueiro observarmos que, em alguns espaços pedagógicos, ao receber alunos com necessidades educacionais especiais, em escolas ditas como inclusivas (aonde na proposta pedagógica tem-se um relato de que a escola é inclusiva e de que todos os professores participaram das discussões – gestão democrática), tenha-se dificuldades para recepciona-los e orienta-los, apresentando uma à prática que foge da proposta apresentada no Projeto Pedagógico.

Por isso, quando há o ingresso de um estudante com necessidades educacionais especiais, por mais que, a professora faça um trabalho de aceitação dos demais estudantes e isso aconteça com sucesso, à prática diária escolar demonstra o quanto à mesma demonstra dificuldade, em desenvolver os conteúdos do Currículo junto a esse aluno, e a reconhecer aonde inicia a capacidade de aprendizagem desse estudante e como fazer com que ele se aproprie de tais conteúdos curriculares.

No contexto da perspectiva de inclusão da pessoa com deficiência, compreendemos que esta discussão ajude a promover o olhar sobre o sujeito com deficiência como o Outro. Somente, a partir daí, a escola será uma real ação onde a diferença será compreendida como algo inerente à humanidade, conforme Silva (2010), não mais será entendido como:

[...] um instrumento pedagógico neutro, ao contrário (o currículo) é um campo de conflitos, tensões e relações de poder do qual resulta um conjunto de prescrições sobre os conteúdos, as organizações e as práticas que refletem (e reproduzem) as relações sociais e políticas existentes em cada momento histórico, que são negociadas, efetivadas, construídas e reconstruídas na escola (SILVA, 2010, p. 06).

Neste momento de mudança de paradigma de uma escola excludente para uma que inclui, é conciso que se trilhem os recursos necessários para efetivar o compromisso de desenvolver em cada estudante as suas potencialidades.

Pois, a educação inclusiva, entendida sob a dinâmica didático-curricular, é aquela que proporciona ao aluno com necessidades educacionais especiais, participar das atividades cotidianas da classe regular, aprendendo as mesmas coisas que os demais, mesmo que de modos diferentes, preferencialmente sem defasagem idade-série. Sendo o professor, o agente mediador do processo de ensino aprendizagem, cabe a ele o papel de fazer as adequações necessárias ao currículo (GLAT, 2004).

A escola inclusiva precisa ter claro o reconhecimento de que cada estudante tem um potencial, ritmo de trabalho diferenciado, expectativas, estilos de aprendizagens, motivações e valores culturais, ou seja, reconhecê-los como diferentes. Segundo a Declaração de Salamanca:

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e



de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola (UNESCO, 1994, p.11-12).

Podemos assim analisar que, o termo "necessidades educacionais especiais" estar se referindo a todas aquelas crianças ou jovens, cujas necessidades educacionais que surgiram em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. Muitas crianças experimentam dificuldades de aprendizagem e, portanto, possuem penúrias especiais em algum momento em seu processo de escolarização.

Com esse contexto em que a criança esta inserida espera-se que o professor saiba acolher a diversidade e desenvolver a aprendizagem em seus alunos, levando em consideração a diversidade nos ritmos que se encontram presentes em sua sala de aula. Por isso, é imprescindível que a escola se adapte às necessidades dos alunos.

Para tal, destaca-se a necessidade de um Currículo flexível, abrangente de uma proposta de conteúdos, a partir da realidade de cada escola com base na sua autonomia, aonde, os elementos curriculares ganhem novas formas, ou seja, os conteúdos não serão decorados, mas apreendidos compreensivamente; a relação de professor e alunos será de uma parceria mútua; as metodologias serão diversificadas e ativas; a avaliação não será a cobrança da falta ou o reforço do comportamento obediente, mas a análise do processo para reorganizar as ações na rotina escolar.

É de fundamental importância salientar que o currículo não deve ser concebido de maneira a ser o aluno quem se adapte aos moldes que a escola oferece, mas como um campo aberto à diversidade. Essa diversidade não é no sentido de que cada aluno poderia aprender conteúdos diferentes, mas sim aprender conteúdos de diferentes maneiras. Para efetivar tal acontecimento, ao planejar, professor precisa estabelecer expectativas altas e criar oportunidades para todos os alunos aprenderem com sucesso, incluídos todos.

Moreira e Baumel (2001) escrevem que, as adaptações curriculares não podem correr o risco de produzirem na mesma sala de aula um Currículo de segunda categoria, que possa denotar a simplificação ou retirar do contexto referente ao conhecimento. Com isso, não querem dizer que o aluno incluído não necessite de adaptações curriculares, mas argumentam em favor de uma inclusão real, que repense o currículo escolar, que efetive um atendimento de qualidade.

Para Carvalho (2004, p. 79), a educação inclusiva pode ser considerada como um “processo que permite colocar valores em prática, sem pieguismos, caridade, filantropia, pois está alicerçada em princípios que conferem igualdade de valor a todas as pessoas”. Nesse sentido, a reformulação

do processo educacional deveria garantir currículos que valorizassem a diferença como constituição da sociedade e não como deformações diante de padrões estabelecidos socialmente.

Contudo, superar a lógica de adaptações, pressupõe uma proposta curricular construída na perspectiva de viabilizar a articulação dos conhecimentos do ensino especial e do ensino comum, ambos devem promover a ampliação dos conhecimentos, das experiências de vida e a valorização dos percursos de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um Currículo fundamentado na perspectiva da inclusão precisa ser construído, de fato, pelo sistema educacional brasileiro (principalmente na escola), pois passa pela formação inicial e continuada de professores, pela organização do trabalho pedagógico, pelo desvelamento e superação de práticas culturais e pedagógicas que perpetuam preconceitos reforçam discriminações.

Para tanto, não é possível atribuir apenas a figura do professor em sala de aula a responsabilidade por um Currículo que se constitua a partir da diversidade e respeite os ritmos diferentes de aprendizagem.

O progresso é, sem dúvida, o fator mais importante para se alcançar uma educação inclusiva de qualidade, primando pela heterogeneidade de nossos alunos. O grande objetivo para a escola inclusiva consiste em planejar a participação de todos os alunos e saber como dar suporte à aprendizagem dos mesmos, sem lhes fornecer respostas predeterminadas ou fazer do Currículo, um estigma da diferença. É necessário estar atento à importância de que não é o aluno que tem que se adaptar aos moldes da escola, mas a escola que deve adaptar-se a atender seus alunos.

Assim sendo, para a execução de um Currículo inclusivo é preciso garantir uma educação com atitude abrangente, que antes de tudo, uma questão de direitos humanos, que se insere na perspectiva de assegurar o direito à educação das crianças, jovens e adultos, independentemente de suas características ou dificuldades. Importa não perder de vista que assegurar o direito à educação é ir além do acesso: é prever e redefinir ações verdadeiramente destinadas a estes sujeitos/alunos, em função das suas necessidades/ou especificidades, tendo em vista sua formação humana e educacional.

Por fim, de acordo com o que foi apresentado percebemos então que o Currículo faz diferença sim, no processo de ensino e aprendizagem, sendo importante investir estudos para o

avanço do mesmo no cotidiano escolar, e vale ressaltar que este deve alcançar todos os sujeitos, independente das características apresentadas por estes considerando todos os aspectos culturais que fazem parte do meio social onde os sujeitos habitam.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares / Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial.** – Brasília: MEC SEF/SEESP, 1998.62 p.

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. **Resolução CNE/CEB 2/2001**. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de janeiro de 2001b. Seção 1E, p. 39-40. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/cne/pdf/CEB0202.pdf>>. Acesso em set. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares: estratégia para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais.** Brasília, 1998.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

GLAT, R.; PLETSCH, M. D. **O papel da Universidade frente às políticas públicas para educação inclusiva**. Benjamin Constant, Rio de Janeiro - RJ, v. 10, n. 29, 2004. p. 3-8.

MOREIRA, L.C; BAUMEL, R.C.R.de.C. **Currículo em Educação Especial: tendência e debates**. Educar, Curitiba, nº. 17, p.125-137. Editora da UFPR, 2001.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis: Vozes, 1986.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O Currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3ª ed. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

SILVIA, Tomaz da. **O Currículo como Fetiche: a poética do texto curricular**. 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. **Currículo sem Fronteiras**, v.10, n.2, pp.214-227, Jul/Dez 2010 ISSN 1645-1384 (online). Disponível em: www.curriculosemfronteiras.org 214.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.